

## **Psicanálise, Subversão e Saúde Mental: Uma Interlocução Com Célio Garcia**

*Ana Marta Lobosque*

A psicanálise se faz presente na rede de saúde mental de Belo Horizonte, de uma forma singular, que gostaria de abordar aqui - uma vez que esta presença guarda estreitas relações com nossa interlocução com Célio Garcia.

Para tal, vou recuar a uma etapa antiga, que faz parte, digamos assim, da pré-história desta rede. Nesta etapa, que se inicia em 84, o desafio consistia em reformar uma determinada instituição - o Hospital Galba Velloso - que ocupava um lugar dos mais nefastos na assistência psiquiátrica mineira. Ali se fazia a triagem (palavra horrenda!) dos pacientes para as clínicas psiquiátricas privadas conveniadas com SUS, membros da chamada indústria da loucura. Tratava-se, pois, de reformular a assistência psiquiátrica no Galba, no âmbito do atendimento da urgência, mas também implantando a atenção ambulatorial, inexistente ali. Um objetivo modesto - no entanto, como veremos, inatingível.

Com tal objetivo, o saudoso Cézar Rodrigues Campos assumiu a direção do Galba Velloso. Levou consigo para lá jovens psiquiatras que haviam sido seus alunos na Residência de Psiquiatria do Instituto Raul Soares - eu dentre eles.

O Galba era então uma instituição: assustadora, truculenta, hostil e dominada por interesses privatistas. E uma estratégia adotada por Cézar para o manejo da situação foi a criação do "Projeto Grupo Operativo", coordenado pelo psicanalista argentino Armando Bauleo, em parceria com... Célio Garcia!

O projeto, nas palavras de Bauleo, visava não apenas introduzir práticas e técnicas grupais na instituição, mas, através de reflexão e da experiência sobre os grupos, a dimensão institucional, o coletivo, propiciar uma efetiva transformação assistencial.

Tenham em mente que esta espécie de reflexões e experiências esteve muito presente no cenário psi brasileiro no final dos anos 70 e começo dos 80. Dela participavam, em posição de liderança, psicanalistas argentinos como o próprio Bauleo, Osvaldo Saidon, Gregorio Baremlitt, dentre outros interessados nas relações entre psicanálise e política, e também muitos brasileiros no contexto da redemocratização. Este movimento grupalista, vamos chamá-lo assim, criou o IBRAPSI, Instituto Brasileiro de Psicanálise, então muito conhecido no cenário psi brasileiro. Remontava a Pichon-Rivière, com sua teoria do vínculo e o conceito de grupo operativo; dentre outros, lia-se Lapassade, da análise institucional; Jean Oury, da psicoterapia institucional francesa; Deleuze e Guattari, sobre a produção social da subjetividade.

Nesse ínterim, no entanto, a intelectualidade psi de Belo Horizonte estava absorvida por outras preocupações: a complexa teorização lacaniana do sujeito do inconsciente, suas implicações clínicas e institucionais. Surgiam na época o Simpósio do Campo Freudiano, a Outra Cena Freudiana. A maioria, talvez, destes psicanalistas, não estava particularmente interessada nas instituições de saúde mental e em sua transformação. Ademais, via-se com certo desdém essas teorias e experiências grupais.

A este respeito, destaca-se a posição muito diferente assumida por Célio Garcia. Um dos introdutores de Lacan entre nós, estava, como sempre esteve, visceralmente envolvido com a psicanálise. Mas a inquietação intelectual de Célio, sua curiosidade, não lhe permitiam fechar se num campo, fosse este freudiano, lacaniano, ou outro qualquer. Atento às questões colocadas pelos loucos, pelos jovens infratores da lei, pelos meninos em situação de rua, era um crítico perspicaz da autoritária abordagem institucional imposta a estas pessoas, tornando-se uma referência na supervisão e no ensino para os trabalhadores destas áreas.

Célio não se furtou, portanto, a participar do Projeto Grupo Operativo do Galba. Segundo Baremlitt, ele questionava os grupalistas argentinos quanto à combinação entre política e psicanálise, que desvirtuaria certas características fundamentais da psicanálise - justo aquelas resgatadas por Lacan. Parecia-lhe simplista a mistura entre um marxismo de colorido althusseriano e certo kleinismo, dentre outras milongas mais. No entanto, as questões provocativas

de Deleuze e Guattari se introduziam no debate - debate que não teria chegado até nós com tal fecundidade, não fosse a mediação de Célio Garcia.

Enquanto isso, no Galba, fazíamos grupos com usuários e familiares, no plantão de urgência, nas enfermarias. E, como trabalhadores da instituição, participávamos dos grupos coordenados por profissionais da equipe do Projeto Grupo Operativo: Sonia Cerqueira, Marcelo Nominato, Maria Helena Ratton, dentre outros, todos muito ligados ao Célio. Era curioso, e chegava a ser cômico, porque o Galba era completamente avesso a qualquer instância coletiva de debate e tomada de decisões - até mesmo as reuniões gerais e reuniões de equipe eram corpos estranhos, muito mal-vindos na instituição. E, assim de repente, vinha essa grupalidade toda, talvez ingênua, mas ainda assim inovadora, num espaço explosivo de disputas acirradas, num contexto em que os interesses institucionais e políticos levavam muitos colegas até a agressão pessoal.

O Projeto Grupo Operativo extinguiu-se por falta de financiamento. Mas deixou questões teóricas e clínicas que o extrapolavam, abordadas a seguir nos anos 86 e 87, quando criamos um jornal chamado FALA GALBA. Nas sete edições desse jornal, entrevistamos sucessivamente o próprio Armando Bauleo; Jurandir Freire, que então trabalhava com grupos num hospital público do Rio de Janeiro; Gregorio Baremlitt, um dos argentinos, que veio radicar-se em BH; Chaim Katz, acerbo crítico do que lhe parecia ser o apoliticismo dos lacanianos; Suely Rolnik, que acabara de publicar com Guattari o livro *Cartografias do desejo*. Célio seria um destes entrevistados, mas, declinando do convite, preferiu publicar no jornal um texto de sua autoria, intitulado "*Por uma ética das instituições*", que comentamos à margem. Em entrevistas e textos, discutia-se política e psicanálise, grupos e instituições - e as discussões aludiam frequentemente aos problemas e às diferenças aportadas pelo pensamento de Lacan.

O Galba foi assim se transformando num local de produção intelectual que, embora incipiente, atraía jovens trabalhadores de saúde mental, ambicionando trabalhar no ambulatório a ser implantado ali. Mas, o sonho do ambulatório não se realizou - fomos acordados por um pesadelo. Veio o governo Newton Cardoso, uma nova diretoria comprometida com o velho Galba

e suas ligações espúrias com as clínicas privadas, um total desmonte dos avanços obtidos.

Ficamos perplexos, sem lugar. No entanto, envolvemo-nos ativamente com as greves do funcionalismo público, muito fortes naquela época. E, por outro lado, partimos, sempre ao lado de Cezar Campos, para disputar a direção da reacionária Associação Mineira de Psiquiatria. Surpreendentemente, ganhamos a eleição. E a gestão da chapa Quereres dedicou-se tanto à defesa de novas políticas públicas de saúde mental quanto a um fértil debate sobre as articulações possíveis - e as impossíveis - entre a psicopatologia psiquiátrica e a psicanálise. Neste trabalho, aliás, também se fez presente o diálogo com Célio Garcia - mas esta é uma história para outra ocasião.

Agora, desejo abordar um pouco o que ficou de tudo isso - de toda a luta, de todo este pensamento, de todas as interrogações daquela passagem pelo Galba - e as relações deste resto com a rede de saúde mental de Belo Horizonte, criada anos depois.

Naquela ocasião, mudanças no cenário político mais amplas do que a eleição de um Newton Cardoso reconfiguraram completamente o campo onde se formulavam nossas questões. Houve a Constituição de 88, o SUS; as conferências de saúde mental, o fortalecimento do movimento da luta antimanicomial; a municipalização, as novas prefeituras petistas, a experiência de Santos; no início dos anos 90 e a construção da rede de saúde mental de BH. O horizonte foi enormemente ampliado. Reformar o Galba e ligá-lo a um ambulatório, já não era o objetivo; em pauta, estava a desconstrução do hospital psiquiátrico. E, para isso, não se tratava de reformar esta ou aquela instituição, ou de criar um, dois ou três serviços de excelência, que, na verdade, são sempre serviços de exceção. Visava-se criar uma rede de serviços diversos, mas territoriais e abertos, particulados entre si, em rede, para atender a toda população da cidade, assegurando os direitos dos usuários - e, simultaneamente, tornando-os supérfluos, fechar gradativamente os hospitais psiquiátricos (aliás, fechamos vários, inclusive, muito recentemente, o próprio Galba!). Outro desafio, bem diferente - ao mesmo tempo, mais ambicioso e mais viável que o anterior.

Enfim: dos dispositivos grupais, da teoria que buscava fundá-los e das práticas que sugeria, ficou pouco, ou quase nada. Já naquela época, algo de insuficiente nos parecia presente naquelas elaborações. Pois, quanto mais tentava-se introduzir a dimensão política a partir dos grupos, ou nos grupos, mais a política parecia escapar. E o mesmo se dava com a psicanálise. Estes grupos sempre acabavam por remeter uma certa psicologização, inadequada para pensar as questões e as ações necessárias; tinham algo de circular, de fechado, não se deixavam atravessar pelas pautas que iam além do pequeno mundo institucional. Não nos permitiam ir além do que se passava no serviço X ou Y, sem compreender seu atravessamento por questões outras e múltiplas; faziam um dentro, que, como todo dentro, se organiza de modo a desconhecer o fora. O dispositivo grupal, de certa maneira, tinha o mesmo limite irreal que era aquele do objetivo de transformar o Galba: fechava-se em si, voltado para o próprio umbigo.

Entretanto, todo este debate manteve em pauta tanto a política quanto a psicanálise. Permaneceu viva e formulou-se mais claramente uma pergunta do editorial do primeiro FALA GALBA: “Sem o autoritarismo da ordem nem a demagogia do apelo, como propiciar ao coletivo a produção da fala?” A preocupação com o trabalho coletivo, a compreensão de seu inestimável valor, já presentes então, cresceram e se refinaram. O trabalho em equipe interdisciplinar, cada vez mais voltado para a quebra das hierarquias e questionamento dos saberes que se propunham a um lugar de centro, adquiriu feições novas e vivas nos CERSAMs, nos Centros de Convivência, nos novos pontos de atenção da rede. A organização coletiva igualmente avançava, quando deixávamos o espaço interno das instituições para a militância nos movimentos sociais independentes delas - o Fórum Mineiro de Saúde Mental, a Associação dos Usuários de Saúde Mental, o Movimento da Luta Antimanicomial, desde então fortemente presentes em nosso cenário. Igualmente, as práticas e empreendimentos coletivos com os usuários adquiriram lugar decisivo: as oficinas, as assembleias, os passeios, as viagens, sem os quais não há encanto ou graça, ou encanto em serviço algum de saúde mental. Em tudo isso, tal como o fazemos ou entendemos dever fazer, requer-se disciplina, firmeza, tenacidade. Mas também era necessária a quebra de uma homogeneização, de um certo tipo de efeitos de grupo, de uma perspectiva

ideal e idealizadora. A psicanálise certamente contribuiu para esta ruptura - e, não menos certamente, a forma pela qual Célio Garcia a introduzia entre nós. A propósito, devo dizer que nem sempre compreendia o que Célio dizia; nem sempre me parecia estarmos falando a mesma língua, ou partilhando as mesmas indagações: no entanto, nessa conversa por vezes de surdos, algo como a leitura dos lábios permitia interseções, articulações, cujo caráter pontual, fragmentário, produzia singulares efeitos - algum sujeito ali se subvertia!

Quanto aos recursos que a psicanálise nos trouxe no âmbito mais estritamente clínico, haveria bastante o que dizer. Penso, por exemplo, na apreensão interessante e nova da experiência da loucura, muito especialmente da psicose: um certo modo de conceber a posição do psicótico que vai muito além da psiquiatria e sua ancoragem médica, seja ao reconhecer num dado sujeito tal posição, seja ao manejar a forma de tratá-lo a partir deste reconhecimento. Penso também na função e lugar do chamado técnico de referência, ou seja, aquele que, embora trabalhando em parceria com muitos, responde pelas linhas de condução do caso. Como as tais identidades profissionais do médico, do psicólogo, do enfermeiro, do assistente social, etc., necessitavam ser desconstruídas, era preciso trazer a estes trabalhadores que pela primeira vez assumiam tal responsabilidade por casos graves de sofrimento mental, alguns conceitos provindos da psicanálise para ajudá-los em seu trabalho.

Fernanda Otoni, uma das supervisoras e querida parceira do trabalho desta rede, terá talvez outros pontos a destacar a este respeito. Da parte que me toca, detenho-me aqui para destacar algo que me parece peculiar e valioso nesta relação da rede com a psicanálise. Não se trata, como questionou Armando Bauleo no hoje muito citado FALA GALBA, de nos tornarmos todos psicanalistas, ou de aspirarmos a sê-lo; não se trata tampouco de atribuir a alguns trabalhadores que se apresentam como psicanalistas um papel de orientar ou conduzir aqueles que não o são. Não se faz, naturalmente, psicanálise pura; mas, muito menos, se faz psicanálise aplicada. Pois a psicanálise não ocupa, na rede o lugar de fundamento teórico, de justificativa conceitual de nossa prática - este lugar, que, aliás, não lhe ficaria bem, é

incompatível com uma prática que se estrutura mesmo, e justamente, numa certa ausência de fundamento. Nem a psicanálise, nem qualquer outra teoria, seja psi, seja sociológica, seja política - pode ocupar entre nós este lugar sempre antipático e enrijecedor da “fundamentação teórica”. Ao lado de outros discursos, saberes, disciplinas, a psicanálise é um dos recursos para dar vida à nossa experiência - recurso especialmente valioso para alguns, como é para o meu caso, embora não necessariamente da mesma importância para todos. É a possibilidade de um modo arrojado de pensar/fazer. Manifesta-se sob a forma de uma sensibilidade singular ao sujeito do inconsciente, e à subversão que traz - esta sensibilidade, sim, presente de forma viva, difusa, capilar, entre os trabalhadores da rede. Não convém, afinal, reduzir o pensamento à sua dimensão teórica, conceitual. Assim como a arte, a política, o amor - para lembrar Badiou e a filosofia, caros a Célio Garcia - a psicanálise introduz o acontecimento, e com ele a invenção - invenção indispensável ao projeto de uma sociedade sem manicômios. Projeto tão louco, difícil e necessário como aquele da reconstrução democrática brasileira que iniciamos felizes e tensos, neste momento da história do país.

Para concluir, recorro ao prefácio escrito por Célio no prefácio de meu primeiro livro, em 1997 - e não por acaso pedi justamente a Célio este prefácio. Cito: “Imperativamente, temos de contar com uma subjetivação sempre possível, diante da qual a loucura é uma impossibilidade contingente”. Encontra-se, aí, uma ética partilhada a meu ver, pela psicanálise e pelo movimento antimanicomial - ética que nos orienta - subversivamente! - na bela experiência do cuidado em liberdade.

Belo Horizonte, 12 de dezembro de 2022.